

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	29
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.064
Preferenciais	113
Total	5.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	260.300	285.124
1.01	Ativo Circulante	24.897	47.176
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.806	33.216
1.01.03	Contas a Receber	5.937	10.729
1.01.03.01	Clientes	5.937	10.729
1.01.04	Estoques	487	394
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.189	2.602
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.189	2.602
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.136	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.342	235
1.02	Ativo Não Circulante	235.403	237.948
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.417	1.296
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.417	1.296
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.417	1.296
1.02.03	Imobilizado	232.382	234.753
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	220.216	223.529
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.166	11.224
1.02.04	Intangível	1.604	1.899
1.02.04.01	Intangíveis	1.604	1.899

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	260.300	285.124
2.01	Passivo Circulante	46.460	44.749
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.831	12.106
2.01.02	Fornecedores	9.203	9.983
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.992	5.399
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	376	1.200
2.01.03.01.02	COFINS a recolher	137	512
2.01.03.01.03	PIS a recolher	29	111
2.01.03.01.04	Impostos retidos	210	577
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.616	4.199
2.01.03.03.01	IPTU e ISS	3.189	156
2.01.03.03.02	IPTU e ISS parcelamento incentivado	4.171	4.043
2.01.03.03.03	Receita a apropriar	1.256	0
2.01.05	Outras Obrigações	11.434	17.261
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.632	1.623
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.632	1.623
2.01.05.02	Outros	9.802	15.638
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	9.691	11.271
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	0	3.806
2.01.05.02.08	Outros	111	561
2.02	Passivo Não Circulante	156.491	152.813
2.02.02	Outras Obrigações	68.683	69.437
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.312	3.070
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.312	3.070
2.02.02.02	Outros	66.371	66.367
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	66.371	66.367
2.02.03	Tributos Diferidos	5.986	6.140
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.986	6.140
2.02.04	Provisões	61.823	55.352
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	61.823	55.352
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.874	5.874
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.598	2.047
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	48.351	47.431
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	19.999	21.884
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	19.999	21.884
2.03	Patrimônio Líquido	57.349	87.562
2.03.01	Capital Social Realizado	149.199	149.199
2.03.02	Reservas de Capital	63.343	60.293
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	47.771	47.771
2.03.02.07	Recursos Governamentais	15.572	12.522
2.03.03	Reservas de Reavaliação	118.819	119.307
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-274.012	-241.237

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.234	34.878	19.949	37.875
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.881	-22.812	-12.542	-22.919
3.03	Resultado Bruto	6.353	12.066	7.407	14.956
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.157	-44.329	-17.809	-39.202
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.767	-46.177	-18.731	-40.762
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-20.767	-46.177	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	610	1.848	922	1.560
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.804	-32.263	-10.402	-24.246
3.06	Resultado Financeiro	-758	-1.154	-1.138	-2.556
3.06.01	Receitas Financeiras	708	1.617	917	1.684
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.466	-2.771	-2.055	-4.240
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.562	-33.417	-11.540	-26.802
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.562	-33.417	-11.540	-26.802
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.562	-33.417	-11.540	-26.802
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,81193	-6,45288	-2,22837	-5,17539
3.99.01.02	PNA	-2,81193	-6,45288	-2,22837	-5,17539
3.99.01.03	PNB	-2,81193	-6,45288	-2,22837	-5,17539
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,81193	-6,45288	-2,22837	-5,17539
3.99.02.02	PNA	-2,81193	-6,45288	-2,22837	-5,17539
3.99.02.03	PNB	-2,81193	-6,45288	-2,22837	-5,17539

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.562	-33.417	-11.540	-26.802
4.02	Outros Resultados Abrangentes	244	488	244	489
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	321	642	321	643
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-77	-154	-77	-154
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.318	-32.929	-11.296	-26.313

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.478	-18.604
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-18.864	-17.946
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.614	-658
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-982	-1.261
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.050	12.700
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.410	-7.165
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	33.216	14.265
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.806	7.100

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	60.293	0	-241.237	119.307	87.562
5.05	Resultado Abrangente Total	0	3.050	0	-33.417	0	-30.367
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-33.417	0	-33.417
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	3.050	0	0	0	3.050
5.05.02.06	Recursos de outras esferas governamentais	0	3.050	0	0	0	3.050
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	642	-488	154
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	642	-642	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	154	154
5.07	Saldos Finais	149.199	63.343	0	-274.012	118.819	57.349

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	6.001	0	-221.468	120.283	54.015
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	6.001	0	-221.468	120.283	54.015
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.700	0	0	0	12.700
5.04.08	Adiantamentos para futuro aumento de capital	0	12.700	0	0	0	12.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.802	0	-26.802
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.802	0	-26.802
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	643	-489	154
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	643	-643	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	154	154
5.07	Saldos Finais	149.199	18.701	0	-247.627	119.794	40.067

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	41.458	44.451
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.693	41.124
7.01.02	Outras Receitas	1.848	1.631
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-83	1.696
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.788	-29.886
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.670	14.565
7.04	Retenções	-3.378	-3.670
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.378	-3.670
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.292	10.895
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.617	1.684
7.06.02	Receitas Financeiras	1.617	1.684
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.909	12.579
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.909	12.579
7.08.01	Pessoal	33.092	26.913
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.656	12.166
7.08.02.01	Federais	9.067	7.781
7.08.02.03	Municipais	2.589	4.385
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	578	302
7.08.03.02	Aluguéis	578	302
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-33.417	-26.802
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-33.417	-26.802

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

A Empresa

São Paulo Turismo S. A. (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, a Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, às margens do Rio Tietê. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,6% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a São Paulo Turismo S/A detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; c) O fornecimento e ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) A construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) A execução de política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) O licenciamento de marcas de sua titularidade; h) O apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) A concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) A prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque** é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m² de área para exposição. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e *halls* distribuídos em 35.997m², destacando o *Auditório Celso Furtado*, com 2.553 lugares e o *Auditório Elis Regina*, com 799 lugares e 6.500m² de área de exposição. O **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo, “o Sambódromo”**, com mais de 100 mil m² para a realização de eventos, compreendendo a *Arena Anhembi* com 22.936m² e capacidade para 30 mil pessoas, *10 setores com módulos de arquibancadas*, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (*Passarela Adoniran Barbosa*), a *Nova Arena Anhembi*, com 14.095m² e capacidade para 24 mil pessoas e o *Espaço Anhembi*, com área total de mais de 10.000m², ambientes divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

O **Autódromo José Carlos Pace**, conhecido como **Autódromo de Interlagos**, foi administrado pela São Paulo Turismo de 2005 a julho de 2018. A permissão de uso foi revogada pelo Decreto 58.319 de 13 de julho de 2018. A nova responsável pela gestão do Autódromo de Interlagos passa a ser a São Paulo Obras.

Privatização

Em 06/02/2018 a Empresa publicou fato relevante sobre a Lei nº 16.766/2017 sancionada pelo Prefeito de São Paulo em 20/12/2017, que autoriza a alienação da participação societária detida pelo Município de São Paulo na São Paulo Turismo S.A., iniciativa a ser realizada no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

Para a efetivação da operação em referência foi publicado no Diário Oficial da Cidade, do dia 03/02/2018, Edital cujo objeto é a prestação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de estruturação e execução da venda da totalidade dos ativos mobiliários detidos pelo Município na São Paulo Turismo S.A.

Comentário do Desempenho

A Administração Municipal promoverá a ampla divulgação das informações relativas à operação, mediante a publicação, no Diário Oficial da Cidade, de sua justificativa e dos elementos que permitam a análise da situação econômica, financeira e operacional da Companhia.

Os recursos auferidos com a alienação da participação societária serão destinados exclusivamente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social – FMD, com destinação obrigatória de no mínimo 20% dos recursos para investimentos na Zona Norte da cidade de São Paulo, nas áreas definidas no art. 6º da Lei nº 16.651, de 16/05/2017.

Os contratos firmados com fundamento na lei que autorizou a alienação da participação poderão prever o emprego de mecanismos privados de resolução de conflitos deles decorrentes ou a eles relacionados, inclusive mediação e arbitragem, para dirimir questões referentes a direitos patrimoniais disponíveis.

Para a realização de eventos de Carnaval, eventos religiosos e outros, o Município de São Paulo terá o direito de utilizar o Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – Sambódromo e as áreas de concentração e dispersão de escolas de samba, mediante a instituição de ônus real ou concessão de direito de uso pela SPTuris ou sucessora.

A utilização será de 75 dias por ano, consecutivos ou não, não cumulativos, conforme programação prévia a ser acordada entre o Poder Executivo e a SPTuris ou a sua sucessora.

A utilização para eventos religiosos poderá ser substituída, a critério do Município de São Paulo, pela utilização de auditórios ou salões de eventos com capacidade no mínimo para 800 pessoas.

Nas razões de veto parcial do Projeto de Lei 582/17, da qual se originou a citada lei que autoriza a privatização, constou que para as atividades de promoção do turismo e a realização de eventos culturais, artísticos e religiosos na Cidade de São Paulo, incumbirá ao Executivo, no exercício de sua competência privativa em matéria de organização administrativa, avaliar e definir, no momento oportuno, a necessidade e a conveniência de ser ou não criado órgão ou entidade para essa específica finalidade, aí considerando os pertinentes e indispensáveis estudos técnicos e financeiros.

Ainda quanto às razões de veto parcial, constou que a estabilidade não alcança empregados das sociedades de economia mista e suas situações serão solucionadas à luz do regramento contido na CLT, inclusive no que concerne ao eventual rompimento de seus vínculos empregatícios.

Apesar de a venda do Anhembi ter sido aprovada em segunda votação no ano passado, a privatização do Complexo só será efetivada depois que o Legislativo paulistano aprovar em definitivo o PL 11/2018.

Neste sentido, previamente à alienação de que trata a citada Lei 16.766/2017, os índices e parâmetros de uso e ocupação do solo para a Zona de Ocupação Especial – ZOE do Anhembi serão definidos a partir do projeto de lei 11/2018 que tramita na Câmara Municipal de São Paulo e posteriormente serão detalhados em Projeto de Intervenção Urbana – PIU.

A Administração da Companhia manifestou nas audiências públicas do projeto de lei 11/2018 no sentido de que as “atividades serão preservadas. Parte continua no Poder Público e parte pode ir para a iniciativa privada se este processo for concluído pela venda. Em tese, todos os funcionários, evidentemente aqueles que querem trabalhar, continuarão com as suas atividades. Os eventos vão continuar ocorrendo, e as ações da Secretaria de Turismo também”.

Comentário do Desempenho

Alguns representantes do setor de feiras também manifestaram: “na medida em que nós incrementamos a hotelaria, a gastronomia, as compras e o entretenimento, nós enchemos a cidade de dinheiro novo. Esse equipamento (Anhembi) é indutor a esta atividade econômica”.

A receita com a prestação de serviços concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 2º trimestre de 2017 comparado ao 2º trimestre de 2018, em R\$ mil.

"Dados por Competência"	jun-17	jun-18	
EVENTOS / PMSP	16.169,3	18.995,3	17%
ANHEMBI E INTERLAGOS	28.244,3	24.400,4	-14%
PAVILHAO	9.754,5	6.158,2	-37%
PALACIO / ELIS REGINA	3.517,5	3.045,3	-13%
SAMBODROMO	2.533,1	2.512,0	-1%
OUTRAS LOCACOES	4.182,8	2.505,1	-40%
ESTACIONAMENTOS	2.551,6	2.632,0	3%
TELECOM	1.506,6	1.637,0	9%
AUTODROMO DE INTERLAGOS	4.198,1	5.910,8	41%
TOTAL FATURAMENTO BRUTO	44.413,6	43.395,7	-2%
	<i>Público</i>	36%	44%
	<i>Privado</i>	64%	56%

O quadro abaixo mostra o comparativo financeiro até 2º Trimestre 2017 e 2018, base caixa, em R\$ Mil.

Comentário do Desempenho

1. ENTRADAS	Acumulado 2017	Acumulado 2018	
1.1 SETOR PRIVADO	28.050	22.487	-20%
1.2 PMSP	34.774	28.419	-18%
1.3 PAC	979	3.050	211%
1.4 OUTRAS	866	976	13%
1.5 APORTE DE CAPITAL	12.700	0	-100%
TOTAL DAS ENTRADAS	77.370	54.932	-29%

2. SAÍDAS	Acumulado 2017	Acumulado 2018	
2.1 PESSOAL	-30.087	-28.288	-6%
2.2 SAÍDAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS	-3.320	-3.140	-5%
2.3 SAÍDAS COM TRIBUTOS E PARCELAMENTO	-6.337	-9.478	50%
2.4 FORNECEDORES / OUTRAS	-42.330	-34.083	-19%
2.5 INVESTIMENTOS/ PAC	-2.432	-1.371	-44%
TOTAL DAS SAÍDAS	-84.506	-76.361	-10%
RESULTADO	-7.136	-21.429	

A São Paulo Turismo S.A. contribui para a execução da política de turismo, a promoção e estruturação das atividades turísticas e eventos na cidade de São Paulo. Para tanto, participa dos projetos voltados para a divulgação da Cidade como polo turístico e de negócios.

Dentro dos espaços que administra são realizados eventos, dentre outros, como Campus Party, Carnaval, Feira do Empreendedor - SEBRAE, Feirão da Casa Própria, Bienal Internacional do Livro, Expo Music, Fórmula 1, Lolla Palooza, shows musicais, desfiles, eventos religiosos, profissionais e formaturas.

E na Cidade de São Paulo realiza eventos como Réveillon na Paulista, Virada Cultural e Virada Esportiva.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que durante o período intermediário até 30 de junho de 2018 os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Comentário do Desempenho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diretoria da Companhia está atenta às mudanças nas condições de mercado e no ambiente econômico. Adotamos postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade e viabilizar importantes projetos de investimentos. Estamos empenhados no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência e a auditoria e os controles internos. Nosso propósito é reduzir incertezas e propiciar condições para melhor *valuation* da SPTuris.

Agradecemos a nossos clientes e fornecedores, pela confiança depositada, aos nossos acionistas, especialmente a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, pela parceria e apoio recebidos, aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 20 de julho de 2018.

Diretoria

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a emissão, em 20 de julho de 2018 das informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações financeiras foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil -CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 –“Interim Financial Reporting” aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações financeiras intermediárias e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

- a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
 - Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
 - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
 - Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).
- b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;
- c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2018 e 2017, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;
- e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;
- f) Estoques - Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- g) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

Notas Explicativas

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 8;

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

- h) Intangível** – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);
- i) Adiantamentos de Clientes** – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante** – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.
- k) Passivo circulante e passivo não circulante** – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.
- l) Provisão para Contingências** - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

Notas Explicativas

- m) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.
- n) Reconhecimento da receita – A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços e são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.
- o) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 30 de junho de 2018, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa	43	45
Bancos	2.037	2.312
Aplicações financeiras	9.726	30.859
Total	11.806	33.216

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/06/2018	31/12/2017
Clientes no País	4.623	5.773
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	5.401	8.960
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.087)	(4.004)
Total	5.937	10.729

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa.

Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer	1.707	5.697
Vencidos até 30 dias	2.989	3.041
Vencidos de 31 a 60 dias	1.048	1.377
Vencidos de 61 a 90 dias	75	160
Vencidos de 91 a 120 dias	43	102
Vencidos acima de 120 dias	4.162	4.356
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.087)	(4.004)
Total	5.937	10.729

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/06/2018	31/12/2017
COFINS a compensar	-	1
IRPJ a compensar	2.057	1.611
CSLL a compensar	13	4
INSS a compensar	119	986
Total	2.189	2.602

7. OUTROS VALORES A RECEBER

	30/06/2018	31/12/2017
Adiantamentos de férias	174	235
Adiantamentos de 13º salário	1.165	-
Outros adiantamentos a empregados	3	-
Total	1.342	235

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais depreciação	Custo atualizado	Depreciação acumulada	Líquido 30/06/2018	Líquido 31/12/2017
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	120.052	(39.555)	80.497	82.515
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.070)	2.218	2.307
Estacionamento	3,45%	11.436	(3.894)	7.542	7.805
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.009	(1.452)	1.557	1.619
Instalações	10%	12.925	(8.114)	4.811	5.409
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.739	(5.783)	956	1.092
Veículos	20%	1.205	(1.139)	66	123
Móveis e utensílios	10%	6.114	(4.703)	1.411	1.499
Outros ativos fixos	20% e 10%	708	(673)	35	37
Construções em andamento	-	12.166	-	12.166	11.224
Total		299.765	(67.383)	232.382	234.753

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	234.753	234.963
Adições		
Edifícios e Benfeitorias	-	1
Estacionamentos	-	-
Instalações, máquinas e equipamentos	97	86
Móveis e utensílios (reclassificação de despesas)	50	(24)
Outros ativos	2	7
Construções em andamento	942	6.818
Total das adições	1.091	6.888
Baixas		
Depreciações	(3.462)	(7.097)
Saldos no fim do período	232.382	234.753

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o período findo em 30 de junho de 2018, a Companhia não identificou indicativos da necessidade de constituição de provisão.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2018	31/12/2017
Obrigações com pessoal	124	25
FGTS	201	-
INSS empresa	1.197	1.110
INSS retido	190	183
Provisão para 13º salário e encargos	1.566	-
Provisão para férias e encargos	4.875	4.716
IRRF	327	581
Provisão para dissídio e encargos	7.531	4.427
Provisão para causas trabalhistas	820	1.064
Total	16.831	12.106

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma foi acrescentada à provisão o ACT 2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários.

Provisão para causas trabalhistas – Trata-se de valores sobrestados das rescisões a partir de 01/02/2017 de colaboradores de livre provimento demitidos sem justa causa. Os valores não pagos se referem a verbas de aviso prévio, FGTS, multa rescisória e contribuição social.

10. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação

Notas Explicativas

direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 3.944 mil, sendo R\$ 1.632 mil no curto prazo e R\$ 2.312 mil no longo prazo.

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	3.189	156
Parcelamento IPTU/ISS (a)	4.171	4.043
Receita a apropriar benefícios parcelamentos tributários (b)	1.256	-
Receita Federal:		
. COFINS a recolher	137	512
. PIS a recolher	29	111
. Impostos retidos	210	577
	8.992	5.399
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos (a)	66.371	66.367
Receita a apropriar benefícios parcelamentos tributários (b)	19.999	21.884
	86.370	88.251
Total circulante e não circulante	95.362	93.650

(a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Nos segundos trimestres de 2018 e 2017 foram pagos R\$ 2.058 e R\$ 1.949 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 144 parcelas e o saldo devedor em 30/06/2018 era de R\$ 70.541.

(b) O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

Notas Explicativas

12. EVENTOS A REALIZAR

	30/06/2018	31/12/2017
Carnaval futuro	-	3.806

O valor contabilizado como eventos a realizar refere-se a valores a serem repassados à clientes de acordo com o fluxo estabelecido em contrato, recebidos como incentivo cultural da Prefeitura Municipal de São Paulo.

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	30/06/2018	31/12/2017
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	5.086	5.435
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	3.281	2.880
Cessões de áreas a realizar - Pólo Cultural	180	342
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	683	586
Adiantamentos de clientes	461	1.992
Contratos de mídia	-	36
Total	9.691	11.271

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em certos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias
Saldo no início do período 31/12/2017	47.431	2.047	5.874
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	-	6.409	-
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	920	(478)	-
Valores baixados	-	(380)	-
Saldos no final do período 30/06/2018	48.351	7.598	5.874

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R\$ 48.273 mil.

Em 27/01/2016 a Procuradoria Geral do Município de São Paulo manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, e orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta.

Notas Explicativas

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências tributárias que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas que são as seguintes: PIS e COFINS - R\$ 5.606 mil, IRPJ e CSLL - R\$ 268 mil.

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25) (R2), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, quando considerado de perda possível. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	30/06/2018	31/12/2017
Ações Trabalhistas	251	789
Ações Cíveis (*)	11.203	11.584
Total	11.454	12.373

(*) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013) para possível (novembro de 2013). Montante estimado em 30/06/2018 de R\$ 8.907 mil.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2018, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$1.417 (R\$ 1.296 em 31 de dezembro de 2017).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.a. Capital social

	Quantidades em 30/06/2018			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2018	2017
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	149.457
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	149.199

A empresa contava com 3.542 acionistas em 31/06/2018 e 3.543 acionistas em 31/12/2017. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. Os últimos preços cotados em negociações em 2018, em lote padrão, conforme o site www.bmfbovespa.com.br, foi de R\$ 115,24 para as ações ordinárias, R\$ 95,61 para as ações preferenciais "A" e R\$ 80,00 para as ações preferenciais "B".

15.b. Reservas de capital

Notas Explicativas

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Apresenta-se a seguinte evolução da conta de adiantamentos para futuro aumento de capital, desde 01/01/2014:

Data	Descrição	Valor
31/12/2013	Saldo na data	17.409
27/06/2014	Emissão de 604.234 ações ordinárias referente a aportes efetuados pela PMSP entre 02/2012 e 09/2013	(17.408)
23/12/2016	Adiantamento recebido da PMSP	6.000
27/04/2017	Adiantamento recebido da PMSP	5.000
30/05/2017	Adiantamento recebido da PMSP	2.700
28/06/2017	Adiantamento recebido da PMSP	5.000
23/08/2017	Adiantamento recebido da PMSP	7.300
11/12/2017	Adiantamento recebido da PMSP	21.770
31/12/2017	Saldo na data e até 30/06/2018.	47.771

Em 29/06/2018, em assembleia geral extraordinária foi aprovado o aumento de capital nos termos da Proposta da

Administração de 12/06/2018, em subscrição particular, pelo qual a acionista majoritária, a Prefeitura Municipal de São Paulo irá incorporar mediante crédito, o valor dos Adiantamentos para Futuro Aumentos de Capital (“AFACs”), R\$ 47.71.218,32 realizados entre 2016 e 2017 e o valor oriundo de sobras de aportes anteriores. Também está previsto novo aporte de R\$ 18.000.000,00. Considerando a hipótese de que todos acionistas minoritários exerçam seu direito de preferência na subscrição das ações, a previsão é que o capital máximo será composto por 7.395.263 ações ordinárias, 55.998 ações preferenciais A e 110.601 ações preferenciais B, num total de 7.561.862 ações, que ao preço da emissão de R\$28,81, totalizará em R\$ 217.857.261,56.

b) Subvenções governamentais

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 30/06/2018 o montante de R\$ 15.572 mil e aplicados R\$ 12.166 mil em obras.

16. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (DRE)

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

Notas Explicativas

	30/06/2018	30/06/2017
Receita Operacional Bruta	43.395	44.414
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(4.815)	(3.249)
	38.580	41.165
Deduções da receita bruta	(3.702)	(3.290)
Receita Operacional Líquida	34.878	37.875

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	30/06/2018	30/06/2017
Remunerações, encargos e benefícios	28.653	29.904
Honorários	326	530
Despesas gerais	5.238	5.741
Ocupação e manutenção	1.624	2.431
Publicidade	320	191
Provisões	9.416	1.264
Impostos e taxas	299	391
Utilidades e tarifas públicas	301	310
Total	46.177	40.762

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

18. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período (primeiro semestre) foi de R\$ 1.125 (R\$ 1.120 em 2017). Como pessoal chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

19. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2018	2017
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.477	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de julho de 2018 a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO publicou o Decreto nº 58.319, de 13 de julho de 2018, pelo qual revoga o Decreto nº 45.902, de 18 de maio de 2005, que concedeu permissão

Notas Explicativas

de uso do Autódromo Municipal José Carlos Pace (Autódromo de Interlagos). Também foi revogado o Decreto nº 46.356 de 20 de setembro de 2005, pelo qual a São Paulo Turismo S/A possuía a exclusividade para realização do evento Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1. A nova responsável pela gestão do Autódromo de Interlagos será a São Paulo Obras.

Em 29/06/2018 foi publicado aviso aos acionistas sobre o aumento de capital mencionado na nota explicativa nº 15.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 estão identificados a seguir:

	Saldo contábil	Valor justo
Disponibilidades	11.806	11.806
Contas a receber e clientes	5.937	5.937
Impostos a recuperar	2.189	2.189
Outras contas a receber	1.342	1.342
Fornecedores	9.203	9.203
Obrigações tributárias	75.363	75.363
Empresas municipais	3.944	3.944

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Notas Explicativas

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este período, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c) **Gerenciamento de risco**

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras.

Risco de taxa de câmbio

Em 30 de junho de 2018 a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

22. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos entre receitas e despesas normalmente tem sido suportada por medidas



Notas Explicativas

administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução dos custos e despesas operacionais, observadas as prerrogativas de execução de política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo, e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou administrativas, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

São Paulo Turismo S/A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$33.417 no período de seis meses findos em 30 de junho de 2018, prejuízos acumulados em R\$274.012 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$21.563, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nr 22 e Fato Relevante arquivado junto à CVM em 06 de

fevereiro de 2018, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 30 de junho de 2018, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa revisão sobre as informações financeiras intermediárias, não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Blumenau (SC), 23 de julho de 2018.

Berkan Auditores Independentes S.S. CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 23.07.2018, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 27 de julho de 2018.

NORBERTO ANTONIO BATISTA

MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES

MARCO ANTÔNIO TORRES PASSOS

PAULO GALDINO COELHO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pelo presente instrumento, os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 20 de julho de 2018.

DAVID BARIONI NETO

Diretor Presidente

MARIO BRESCANCINI BELLO

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

Diretor de Representação dos Empregados

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas

ANDRE RODRIGO SANCHES

Diretor de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 23.07.2018, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 25 de julho de 2018.

DAVID BARIONI NETO

Diretor Presidente

MARIO BRESCANCINI BELLO

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

MARCO AURÉLIO CARREIRA

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

Diretor de Representação dos Empregados

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas

ANDRE RODRIGO SANCHES

Diretor de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno